



**Autor**  
Lucas Rocha Furtado

# CURSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**Área específica**  
Direito Administrativo.

O presente Curso de Licitações e Contratos Administrativos, lançado pela Editora Fórum, trata de trabalho distinto e bem mais completo que o Curso de Licitações e Contratos Administrativos: teoria, prática e jurisprudência, publicado em 2001, pela Editora Atlas. Além de terem sido criados novos capítulos para tratar de questões anteriormente não enfrentadas, foi inserida, ao final de cada capítulo, ampla pesquisa de jurisprudência acerca do tema abordado. O resultado foi tão inovador que decidimos lançar este novo trabalho e não a segunda edição da obra publicada em 2001. Alguns aspectos do livro merecem referência especial. O primeiro diz respeito à ampla e inovadora pesquisa de jurisprudência realizada no Tribunal de Contas da União (TCU), Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por meio desta pesquisa, são destacados não apenas os importantes itens constantes dos acórdãos, mas são apresentados trechos dos votos proferidos em que se expõem as razões que levaram mencionados tribunais a adotar aquela decisão e a firmar igualmente enfoque prático dado pelo trabalho às questões relacionadas à aplicação da Lei nº 8.666/93. Por meio de exemplos de casos concretos, o autor aborda diversas questões relativas à condução das licitações e à formalização e execução dos contratos administrativos. Destacam-se, assim, no presente livro, a ampla pesquisa de jurisprudência, o enfoque prático do texto e a linguagem utilizada, de fácil compreensão.

## **Áreas afins**

Licitações e contratos administrativos. Procedimentos e modalidades de licitação. Lei nº 8.666/1993. Empresas estatais e Lei nº 13.303/2016..

**Público-alvo/consumidores**

--

**FORMATO:** 17 X 24 cm  
**CÓDIGO:** 10001178

F992c

Furtado, Lucas Rocha

Curso de licitações e contratos administrativos / Lucas Rocha Furtado. 7. ed. rev. atual. e ampl. com comentários sobre a Lei nº 13.303/2016 – Lei das Empresas Estatais – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

931p.

ISBN 978-85-450-0271-0

1. Direito administrativo. 2. Licitação – Procedimentos. 3. Licitação – Modalidades. 4. Contrato administrativo. 5. Brasil [Lei de licitação (1993)]. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. 7. ed. rev. atual. e ampl. com comentários sobre a Lei nº 13.303/2016 – Lei das Empresas Estatais Belo Horizonte: Fórum, 2017. 931 p. ISBN 978-85-450-0271-0

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	21
1.1 Administração Pública e setor privado.....	21
1.2 Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.....	22
1.2.1 Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas e empresas estatais...	22
1.2.2 Entidades do terceiro setor e dever de licitar.....	23
1.2.3 Microempresas, empresas de pequeno porte e licitação.....	27
1.2.4 Normas gerais sobre licitações.....	28
1.3 Finalidades da licitação.....	29
1.3.1 Garantia da observância do princípio da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa	30
1.3.2 Promoção do desenvolvimento nacional sustentável.....	30
1.4 Processo administrativo e formalismo exagerado.....	35
1.5 Princípios da licitação.....	36
1.5.1 Supremacia e indisponibilidade do interesse público.....	36
1.5.2 Legalidade.....	37
1.5.3 Impessoalidade.....	38
1.5.4 Moralidade ou probidade.....	40
1.5.5 Motivação.....	42
1.5.6 Publicidade.....	43
1.5.7 Vinculação ao instrumento convocatório.....	45
1.5.8 Julgamento objetivo.....	47
1.5.9 Adjudicação compulsória.....	49
1.5.10 Segurança Jurídica.....	50
1.5.11 Obtenção de competitividade.....	52
1.6 Jurisprudência.....	53
1.6.1 TCU.....	53
1.6.2 STF.....	128
1.6.3 STJ.....	134
CAPÍTULO 2	
OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA	143
2.1 Dever constitucional de licitar.....	143

2.2	Distinção conceitual entre dispensa e inexigibilidade de licitação .....	145
2.3	Licitação dispensada - lista exaustiva.....	147
2.4	Licitação dispensável .....	149
2.4.1	Licitação dispensável em razão do valor .....	149
2.4.2	Licitação dispensável em razão de situações excepcionais .....	152
2.4.2.1	Contrato emergencial.....	152
2.4.2.1.1	Requisitos à contratação emergencial.....	152
2.4.2.1.2	Inércia do administrador causadora da emergência na contratação .....	154
2.4.2.1.3	Renovação e prorrogação de contratos emergenciais .....	155
2.4.2.2	Licitação deserta ou frustrada - ausência de interessados .....	157
2.4.2.2.1	Requisitos à contratação direta.....	157
2.4.2.2.2	Convite e licitação deserta .....	158
2.4.2.3	Licitação fracassada.....	159
2.4.2.4	Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento.....	160
2.4.2.5	Outras hipóteses de contratação direta relacionadas a situações excepcionais .....	161
2.4.3	Dispensa em razão do objeto .....	162
2.4.4	Dispensa em razão da pessoa .....	169
2.4.5	Outras hipóteses de dispensa da Lei nº 13.303/2016 .....	178
2.5	Inexigibilidade de licitação .....	179
2.5.1	Fornecedor exclusivo .....	179
2.5.1.1	Inviabilidade de competição - comprovação.....	179
2.5.1.2	Âmbito territorial .....	180
2.5.1.3	Preferência por marca e padronização .....	181
2.5.2	Serviços técnicos a serem prestados por profissionais de notória especialização .....	185
2.5.2.1	Serviços técnico-profissionais especializados .....	186
2.5.2.2	Notória especialização e existência de várias empresas ou profissionais especializados .....	187
2.5.2.3	Singularidade do objeto.....	188
2.5.3	Contratação de serviços artísticos.....	190
2.5.4	Outras hipóteses de inexigibilidade de licitação .....	191
2.6	Jurisprudência.....	192
2.6.1	TCU.....	192
2.6.2	STF .....	248
2.6.3	STJ .....	250

### CAPÍTULO 3

MODALIDADES DE LICITAÇÃO .....	253	
3.1	Quadro geral das modalidades de licitação .....	253
3.2	Modalidades comuns e especiais de licitação .....	254
3.2.1	Critério distintivo básico .....	254
3.2.2	Critério para a utilização da concorrência, tomada de preços ou convite .....	254
3.2.3	Utilização do leilão ou da concorrência para a alienação de imóveis.....	256
3.2.4	Licitação internacional e adoção da concorrência.....	257
3.2.5	Adoção da modalidade de licitação mais rigorosa que a definida em lei.....	257
3.2.6	Desmembramento (fracionamento) do objeto do contrato .....	258
3.2.7	Criação de modalidade de licitação não prevista em lei - impossibilidade.....	260
3.3	Concorrência .....	261
3.4	Tomada de preços .....	261
3.5	Convite .....	262
3.6	Leilão .....	263
3.7	Concurso .....	265
3.8	Pregão.....	266
3.9	Procedimento da Lei nº 13.303/2016 .....	266
3.10	Jurisprudência.....	266
3.10.1	TCU.....	266
3.10.2	STF .....	302
3.10.3	STJ .....	303

### CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO .....	307	
4.1	Procedimento básico – Concorrência .....	307
4.2	Fase interna e fase externa da licitação.....	308
4.3	Fase interna .....	308
4.3.1	Providências preliminares.....	308
4.3.2	Processo, procedimento e autos da licitação .....	310
4.3.3	Objeto da licitação .....	312
4.3.4	Necessidade da previsão dos recursos a serem gastos .....	313
4.3.5	Edital - elaboração .....	314

4.3.6	Parecer jurídico - responsabilidade do parecerista.....	314
4.3.7	Parecer jurídico e minuta padrão.....	317
4.3.8	Lei de Responsabilidade Fiscal e licitações.....	318
4.4	Fases da concorrência.....	320
4.4.1	Edital.....	320
4.4.1.1	Informações obrigatórias.....	320
4.4.1.2	Definição do objeto e especificação de marca.....	321
4.4.1.3	Projeto básico e projeto executivo.....	322
4.4.1.4	Impugnações ao edital.....	325
4.4.1.5	Representações.....	327
4.4.1.6	Divulgação do edital.....	328
4.4.1.7	Prazos para apresentação das propostas.....	329
4.4.2	Habilitação.....	330
4.4.2.1	Objetivo da habilitação.....	330
4.4.2.2	SICAF.....	332
4.4.2.3	Habilitação jurídica.....	333
4.4.2.4	Qualificação técnica.....	333
4.4.2.5	Quantidade mínima de atestados relacionados à qualificação técnica.....	337
4.4.2.6	Qualificação econômico-financeira.....	339
4.4.2.7	Regularidade fiscal e trabalhista.....	341
4.4.2.8	Regularidade fiscal de microempresas e empresas de pequeno porte.....	345
4.4.2.9	Recurso contra habilitação ou inabilitação.....	347
4.4.2.10	Fixação de prazo para a apresentação de nova documentação ou de novas propostas.....	348
4.4.2.11	Consórcio de empresas e qualificação.....	348
4.4.2.12	Pré-qualificação.....	350
4.4.2.13	Cooperativas.....	351
4.4.3	Julgamento (classificação das propostas).....	352
4.4.3.1	Fundamentos para a desclassificação.....	352
4.4.3.2	Ordem de classificação e julgamento.....	357
4.4.3.3	Margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais.....	357
4.4.3.4	Desistência de propostas.....	360
4.4.3.5	Apresentação de amostras e desclassificação.....	361
4.4.3.6	Empate entre propostas - critérios de desempate.....	362
4.4.3.7	Aquisição de bens e serviços de informática.....	365
4.4.3.7.1	O direito de preferência.....	365
4.4.3.7.2	A possibilidade de restrição ao produto estrangeiro.....	368
4.4.3.8	Desclassificação de todas as propostas.....	369
4.4.3.9	Tipos de licitação.....	369
4.4.3.9.1	Noções gerais - distinção entre modalidade e tipo de licitação.....	369
4.4.3.9.2	Impossibilidade de ser criado novo tipo de licitação que não tenha sido indicado pela lei.....	370
4.4.3.9.3	Impossibilidade de serem julgadas as propostas por meio de critérios subjetivos ou não constantes do edital.....	371
4.4.3.9.4	Menor preço - tipo básico de licitação.....	371
4.4.3.9.5	Melhor técnica e técnica e preço.....	373
4.4.3.9.7	Outras hipóteses de utilização do tipo melhor técnica ou técnica e preço.....	374
4.4.3.9.8	Licitação de melhor técnica.....	374
4.4.3.9.9	Maior retorno econômico e melhor destinação de bens alienados.....	375
4.4.4	Homologação do procedimento licitatório – revogação, anulação e contraditório... ..	376
4.4.5	Adjudicação.....	378
4.5	Recursos contra as decisões proferidas no curso da licitação.....	379
4.6	Representação ao Tribunal de Contas.....	380
4.7	Convocação do adjudicatário para assinar o contrato.....	380
4.8	Prazo de validade das propostas.....	381
4.9	Regime Diferenciado de Contratações Públicas.....	382
4.10	Jurisprudência.....	384
4.10.1	TCU.....	384
4.10.2	STF.....	461
4.10.3	STJ.....	464

## CAPÍTULO 5

PREGÃO E REGISTRO DE PREÇOS.....	477	
5.1	Aspectos gerais.....	477
5.2	Âmbito de utilização - uso preferencial em relação às modalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 13.303/2016.....	478
5.3	Obrigatoriedade da utilização do pregão na aplicação de recursos federais.....	480
5.4	Bens e serviços comuns.....	481

5.4.1	Valor estimado da contratação .....	481
5.4.2	Definição dos bens e serviços comuns .....	482
5.4.3	Bens e serviços de informática e pregão .....	484
5.4.4	Utilização do pregão para a contratação de bens de informática e direito de preferência .....	485
5.4.5	Pregão e a margem de preferência prevista na Lei nº 12.349/10.....	487
5.5	Procedimento do pregão .....	487
5.5.1	Pregão e concorrência .....	487
5.5.2	Fase interna do pregão e elaboração de orçamento detalhado.....	488
5.5.3	Pregoeiro.....	490
5.5.4	Fase externa do pregão .....	490
5.6	Contratação decorrente do pregão.....	496
5.7	Pregão eletrônico .....	496
5.8	Sistema de registro de preços .....	499
5.9	Empresas estatais.....	504
5.10	Jurisprudência.....	505
5.10.1	TCU.....	505
5.10.2	STJ.....	534

## CAPÍTULO 6

CONTRATO ADMINISTRATIVO.....		537
6.1	Contratos celebrados pela Administração Pública – Fundamento constitucional ....	537
6.2	Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos .....	538
6.3	Terceirização de atividades fins – Impossibilidade.....	541
6.4	Contrato administrativo e ato administrativo.....	544
6.5	Conceito de contrato administrativo .....	545
6.6	Outros acordos de vontade.....	546
6.6.1	Convênios, termos de colaboração, de fomento e acordos de cooperação celebrados pelo Poder Público.....	546
6.6.2	Contratos de gestão.....	552
6.6.2.1	Contratos de gestão e organizações sociais .....	552
6.6.2.2	Contrato de gestão celebrado entre entidades ou órgãos públicos.....	554
6.6.3	Termos de parceria e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	555
6.6.4	Parcerias Público-Privadas, concessões de serviço público, termos de parceria e contratos de gestão: distinções .....	558
6.7	Distinção entre contratos administrativos e contratos celebrados pelos particulares.....	561
6.8	Contrato de Direito público e contrato de Direito privado.....	563
6.9	Contratos administrativos e empresas estatais.....	566
6.10	Cláusulas exorbitantes.....	572
6.10.1	Mutabilidade contratual – Modificações unilaterais.....	573
6.10.2	Rescisão unilateral.....	578
6.10.3	Fiscalização da execução do contrato .....	580
6.10.4	Aplicação de sanções .....	583
6.10.4.1	Modalidades de sanção previstas nas Leis nº 8.666/93 e nº 13.303/2016.....	583
6.10.4.2	Modalidades de sanção previstas na Lei nº 12.846/2013 e o acordo de leniência .....	587
6.10.4.3	Responsabilidade administrativa e responsabilidade civil.....	589
6.10.5	Outras cláusulas exorbitantes.....	589
6.10.5.1	Retenção de créditos e exigência de garantias .....	590
6.10.5.2	Exceção de contrato não cumprido.....	592
6.10.5.3	Anulação do contrato.....	593
6.11	Jurisprudência.....	595
6.11.1	TCU.....	595
6.11.2	STF.....	619
6.11.3	STJ.....	621

## CAPÍTULO 7

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.....		627
7.1	Formalização dos contratos no Direito público e no Direito privado .....	627
7.2	Convocação do adjudicatário para assinar o contrato.....	628
7.2.1	Regras gerais .....	628
7.2.2	Recusa do licitante em assinar o contrato.....	628
7.2.3	Prazo de validade da proposta.....	629
7.2.4	Prorrogação da validade das propostas.....	630
7.2.5	Convocação dos demais licitantes .....	630
7.3	Formalização .....	632
7.3.1	Forma escrita e instrumento contratual .....	632

7.3.2	Formalização de contratos relativos a direitos reais sobre bens imóveis.....	635
7.3.3	Contrato verbal - hipóteses admitidas .....	635
7.3.4	Publicação do extrato do contrato.....	635
7.4	Jurisprudência.....	636
7.4.1	TCU.....	636
7.4.2	STJ.....	646
7.4.3	STJ.....	647

## CAPÍTULO 8

CLÁUSULAS CONTRATUAIS OBRIGATÓRIAS.....		649
8.1	Parâmetro a ser seguido para a elaboração do contrato.....	649
8.2	Distinção entre “contrato” e “instrumento do contrato”.....	649
8.3	Cláusulas contratuais obrigatórias .....	649
8.3.1	Lista da Lei nº 8.666/93 .....	649
8.3.2	Objeto do contrato .....	651
8.3.3	Regime de execução ou forma de fornecimento .....	652
8.4	Preço, condições de pagamento e de reajuste .....	653
8.4.1	Preço e condições de pagamento .....	653
8.4.2	Reajuste de preço.....	654
8.5	Prazos contratuais .....	655
8.5.1	Regra geral – Crédito orçamentário.....	655
8.5.2	Exceções .....	656
8.5.3	Prorrogação e renovação .....	659
8.6	Garantias contratuais.....	660
8.7	Sanções.....	661
8.8	Causas para a rescisão do contrato.....	662
8.9	Outras cláusulas – não obrigatoriedade.....	663
8.10	Jurisprudência.....	663
8.10.1	TCU.....	663

## CAPÍTULO 9

EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E EXTINÇÃO DOS CONTRATOS		683
9.1	Dever de cumprimento do contrato – Responsabilidade do contratado e da Administração Pública.....	683
9.2	Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato	686
9.2.1	Dever do contratado de responder por todos os encargos decorrentes da execução do contrato .....	686
9.2.2	Encargos previdenciários e responsabilidade solidária da Administração Pública..	687
9.2.3	Encargos trabalhistas do contratado e responsabilidade subsidiária da Administração Pública .....	689
9.3	Fiscalização da execução do contrato .....	690
9.3.1	Dever da Administração Pública de fiscalizar seus contratos .....	690
9.3.2	Designação de representante da Administração para acompanhar a execução do contrato .....	691
9.3.3	Acompanhamento de contratos de grande vulto ou muito complexos .....	694
9.3.4	Designação de preposto pelo contratado.....	694
9.4	Recebimento do objeto do contrato .....	695
9.4.1	Regras especiais para o recebimento do objeto dos contratos administrativos .....	695
9.4.2	Distinção entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto do contrato .....	696
9.4.3	Prazo dentro do qual a Administração deverá atestar o recebimento definitivo do objeto do contrato.....	697
9.4.4	Recebimento definitivo e responsabilidade do contratado.....	698
9.4.5	Dispensa do recebimento provisório.....	699
9.4.6	Realização de testes para verificar a qualidade da prestação .....	699
9.5	Extinção do contrato .....	700
9.5.1	Conclusão do objeto.....	700
9.5.2	Expiração do prazo de vigência .....	701
9.5.3	Rescisão.....	702
9.5.4	Anulação .....	704
9.6	Jurisprudência.....	706
9.6.1	TCU.....	706
9.6.2	STF .....	740
9.6.3	STJ.....	742

## CAPÍTULO 10

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO 751

10.1	Reequilíbrio econômico-financeiro .....	751
10.2	Teoria da imprevisão.....	751
10.3	Reajuste de preços .....	757
10.4	Repactuação (ou revisão) .....	758
10.5	Distinção entre atualização, recomposição e reajuste de preços .....	761
10.6	Fato do príncipe e fato da administração .....	762
10.7	Caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão .....	764
10.8	Equilíbrio financeiro e contratos de concessão .....	764
10.9	Jurisprudência.....	766
10.9.1	TCU.....	766
10.9.2	STJ.....	778

CAPÍTULO 11

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM ESPÉCIE (LEI Nº 8.666/93) 783

11.1	Aspectos gerais .....	783
11.2	Contratos de obra e de serviços.....	786
11.2.1	Principal distinção entre obra e serviço .....	786
11.2.2	Serviços comuns, artísticos e técnicos .....	787
11.2.3	Regras comuns aos serviços e obras .....	788
11.2.3.1	Procedimento para a contratação de obras e serviços.....	788
11.2.3.2	Objetivo do projeto básico e do projeto executivo.....	788
11.2.3.3	Dispensa dos projetos básico e executivo - hipóteses admitidas .....	790
11.2.3.4	Outras regras comuns às obras e aos serviços .....	791
11.2.3.5	Necessidade de previsão da execução da obra ou do serviço em sua integralidade .....	792
11.2.3.6	Impedimentos à participação em obras ou em serviços.....	792
11.2.4	Regimes de execução das obras e serviços .....	793
11.2.4.1	Distinção entre execução direta e indireta de obra ou serviço .....	793
11.2.4.2	Empreitada e tarefa .....	793
11.2.4.3	Característica da tarefa como regime de execução de contrato.....	793
11.2.4.4	Modalidades de empreitada admitidas .....	794
11.3	Contrato de compra .....	796
11.3.1	Compra e fornecimento.....	796
11.3.2	Distinções entre as compras do direito privado e as celebradas pela Administração .....	796
11.3.3	Categorias de compras .....	797
11.3.4	Regimes de execução para os contratos de compra .....	797
11.3.5	Distinção entre compra (ou fornecimento) contínua e serviço de natureza contínua.....	797
11.3.6	Regras específicas para as compras celebradas pela Administração .....	798
11.3.6.1	Compra de bens de natureza divisível - cotação de quantidades inferiores às demandas pela Administração.....	800
11.3.7	Publicidade e compras.....	801
11.3.8	Aquisição de bens e serviços de informática.....	801
11.4	Publicidade.....	803
11.5	Contrato de alienação .....	807
11.5.1	Conceito legal de alienação .....	807
11.5.2	Alienação de móveis e de imóveis .....	808
11.5.2.1	Doação em pagamento.....	808
11.5.2.2	Distinção entre doação de bens móveis ou imóveis.....	809
11.5.2.3	Investidura.....	810
11.5.2.4	Permissões e concessões de uso.....	810
11.5.2.5	Locações .....	811
11.5.3	Modalidade de licitação para as alienações.....	811
11.6	Regime Diferenciado de Contratações Públicas .....	811
11.7	Compras, contratações e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa.....	817
11.8	Jurisprudência.....	819
11.8.1	STF .....	819
11.8.2	TCU.....	819
11.8.3	STJ.....	926

REFERÊNCIAS.....	931
------------------	-----